

#### **4. Trabalho infantil na área urbana do município do Rio de Janeiro**

O estudo que ora apresentamos considera que a inserção precoce de crianças e adolescentes de camadas populares da área urbana do município do Rio de Janeiro é explicada não apenas pelas condições econômicas das famílias, mas também por outras razões que estariam diretamente relacionadas aos valores, costumes e atitudes desse grupo específico.

Isso não significa que as questões culturais seriam as responsáveis exclusivas ou mais importantes na decisão de colocar crianças para trabalhar, e sim que, na verdade, entendemos que ocorre uma combinação de fatores em um cenário mais amplo, onde não se pode desconsiderar o valor simbólico atribuído ao trabalho por determinados grupos.

A partir dessas colocações, concordamos com Alvim & Valladares (1988, p.38), que, apesar de “reconhecerem as condições gerais de exploração da classe trabalhadora, não as consideram como única explicação para a existência do trabalho infantil”.

Assim, percebemos que apenas o fator econômico não explicaria as causas do trabalho infantil, o que nos levou a utilizar também elementos teóricos que focalizem a dimensão cultural no campo antropológico. Sob essa perspectiva, é necessário considerarmos o ponto de vista dos sujeitos pesquisados, a partir de suas relações sociais concretas e do significado a elas atribuído.

Dada a natureza dessas informações, reconhecemos no trabalho de campo um espaço rico e privilegiado que possibilitaria conhecer e compreender o significado do trabalho a partir dos próprios atores, as crianças, adolescentes e responsáveis, proporcionando a apreensão de novos conteúdos, em um contato mais direto com o contexto social pesquisado.

#### 4.1. Pesquisa de campo

Ao nos propormos a apreender o fenômeno do trabalho infantil na área urbana do município do Rio de Janeiro, em sua totalidade, realizamos pesquisa com a integração de procedimentos que compreendeu, além das abordagens quantitativas e qualitativas, uma análise histórica do trabalho infantil e das políticas voltadas para essa problemática no país. Assim, o resgate histórico nos possibilitou uma visão processual do debate sobre a questão em diferentes momentos conjunturais e melhor compreensão da situação atual. Os dados quantitativos forneceram suporte e orientação, enquanto a investigação qualitativa possibilitou maior profundidade, uma vez que “ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que corresponde a um espaço mais profundo das relações de processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (Minayo, 1996, p.110).

Na pesquisa de campo, a principal forma de coleta de dados utilizada foi a entrevista, por ser um instrumento privilegiado na obtenção de informações para as ciências sociais: “é a possibilidade da fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, sócio-econômicas (*sic*) e culturais específicas” (Minayo, 1996, p.109). Então se tentou, com a fala dos sujeitos, apreender o significado do trabalho na vida dessas crianças, adolescentes e seus responsáveis<sup>76</sup> e/ou familiares.

Com a entrevista semi-estruturada<sup>77</sup>, como procedimento técnico privilegiado, pudemos apreender a percepção dos sujeitos no desvendamento das questões que perpassam o objeto de estudo. As entrevistas foram realizadas nos meses de abril a julho de 2007, sendo todas gravadas.

---

<sup>76</sup> Responsáveis aqui se referem às pessoas que estavam autorizadas a receber a Bolsa Criança Cidadã. No PETI do CEMASI Maria Lina, estes eram desde pai e mãe, como também em alguns casos tia e avó. No entanto, no grupo entrevistado, os responsáveis eram as mães.

<sup>77</sup> Entende-se entrevista semi-estruturada quando “combina perguntas fechadas e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador” (Minayo, 1996, p.109).

Para a realização das entrevistas, fazíamos contatos prévios com os responsáveis, esclarecendo os motivos da pesquisa e convidando-os a participar. Após a concordância destes, agendávamos o dia, a hora e o local da entrevista a ser realizada.

A experiência de entrevistar as crianças, adolescentes e familiares nos proporcionou uma grande surpresa. Do grupo de 25 crianças e adolescentes, 18 já haviam se desligado do programa; dos que permaneceram, cinco estão freqüentando a Jornada Ampliada em espaço fora do CEMASI Maria Lina. Temíamos, assim, uma dificuldade de comparecimento e disponibilidade das crianças, adolescentes e seus familiares.

Apesar de uma maior adesão por parte dos responsáveis do que das crianças e adolescentes, grande parte do grupo com que conseguimos fazer contato, solicitando a participação na pesquisa, prontificou-se a colaborar, comparecendo ao CEMASI Maria Lina unicamente para a sua realização. Algumas famílias compareceram em dias e horários diferentes do combinado, havendo, em alguns casos, desencontro, não sendo assim possível remarcar as entrevistas. Já outras famílias nos convidaram a realizar a entrevista em suas casas, recebendo-nos sem o menor constrangimento.

Quanto às entrevistas com as crianças e adolescentes, em função da dificuldade de conciliar os horários, alguns encontros foram agendados para serem realizados durante o horário escolar, sendo utilizado o período reservado ao recreio.

Ao nos encontrar com as famílias e as crianças e adolescentes, explicávamos o objeto da pesquisa, seus objetivos e mostrávamos as perguntas que seriam realizadas, dando-lhes oportunidade para que apresentassem suas dúvidas. Antes do início da entrevista, pedíamos autorização para gravá-la.

Do grupo de 25 crianças e adolescentes<sup>78</sup>, um número significativo não reside em seu antigo endereço; alguns mudaram, inclusive, de estado. Quanto às 19 famílias<sup>79</sup>, alguns responsáveis se mudaram com os filhos, outros permanecem no

---

<sup>78</sup> Desse grupo, quatro estão residindo na região Nordeste, um em outro município do Rio de Janeiro e quatro em bairros distantes da zona sul. Dos 16 restantes, conseguimos entrevistar 12.

<sup>79</sup> Desse total, dois faleceram; uma está residindo em um bairro distante da zona sul. Dos 15 restantes, conseguimos entrevistar 10.

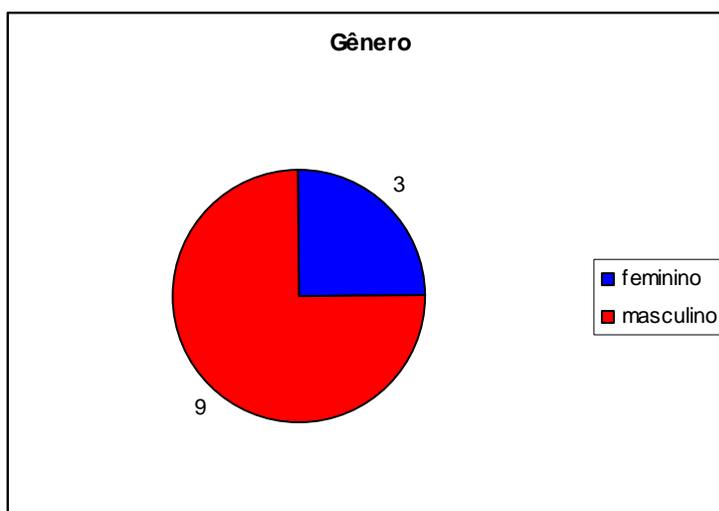
mesmo endereço. Tomamos conhecimento de crianças e adolescentes que passaram a morar com os pais em outros estados.

Em relação às informações colhidas, as crianças foram mais participativas e não tiveram dificuldade em fornecer os dados, exceto uma única criança de 10 anos que não conseguiu responder às perguntas elaboradas. Dessa forma, a entrevista foi considerada com certa restrição.

Os dados apresentados a seguir são resultado da pesquisa de campo realizada entre abril e julho de 2007, quando foram ouvidas 12 crianças e adolescentes entre 10 e 16 anos e 10 responsáveis.

Para efeito de melhor análise dos dados colhidos no trabalho de campo, apresentamos, primeiramente, os aspectos quantitativos da pesquisa, com uma caracterização do perfil da criança/adolescente trabalhador da área urbana do município do Rio de Janeiro e, posteriormente, os resultados qualitativos, os quais valorizam a fala dos sujeitos entrevistados. Para conferir maior visibilidade ao perfil dos entrevistados, optamos por apresentar gráficos como ilustração dos números absolutos levantados.

Gráfico 2 – Divisão dos entrevistados, segundo a categoria gênero



Segundo Cervini & Burger (1991, p.23),

[...] o nível de incorporação ao mercado de trabalho é bastante diferente quando analisados por gênero. Sendo que, em geral, os meninos trabalham mais que as meninas. No entanto, mesmo que o padrão se mantenha, essas diferenças entre gênero variam de acordo com cada contexto metropolitano.

Na literatura sobre o tema, não há um consenso entre os autores que discutem a predominância do sexo masculino. Uma primeira explicação está relacionada à dificuldade de incorporação da mão-de-obra feminina nos setores informais. Uma segunda explicação, a mais defendida, refere-se ao fato de que a maior utilização do trabalho infantil feminino está vinculada a atividades domésticas, que, na maioria das vezes, não são incorporadas às estatísticas oficiais.

Essa segunda explicação também é bastante utilizada por autores que discutem o trabalho infantil urbano, principalmente pelo fato de a maioria das atividades ser exercida nas ruas. Para diversos autores, a predominância masculina está diretamente relacionada ao fato de que, enquanto os meninos estão mais nas atividades de rua, as meninas estão inseridas em atividades domésticas (Cervini & Burger, 1991; Rizzini, 1996).

Segundo Kassouf (2004c, p.69), na área urbana do município do Rio de Janeiro, enquanto a maioria dos meninos está empregada no setor de serviços e comércio ambulante, uma grande porcentagem de meninas é empregada doméstica.

Confirmando essa tendência, o grupo entrevistado apresentou uma predominância do sexo masculino. Dentre as atividades realizadas pelas meninas, a predominância é de vendedoras ambulantes, seguida de uma catadora. No entanto, cabe salientar que as atividades desenvolvidas pelas meninas dentro do grupo entrevistado se davam na companhia de responsáveis. A única atividade exercida exclusivamente por meninos é a de vendedor de pão, provavelmente em função da necessidade da força física para a realização da atividade.

Gráfico 3 – Divisão dos entrevistados pela idade em que começaram a trabalhar



Para distinguir criança de adolescente, baseamo-nos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que “considera como criança a pessoa até os 12 anos de idade incompletos, e como adolescente aquela pessoa entre 12 e 18 anos de idade”. Os dados mostram que sete entrevistados iniciaram suas atividades laborais na faixa etária correspondente à infância.

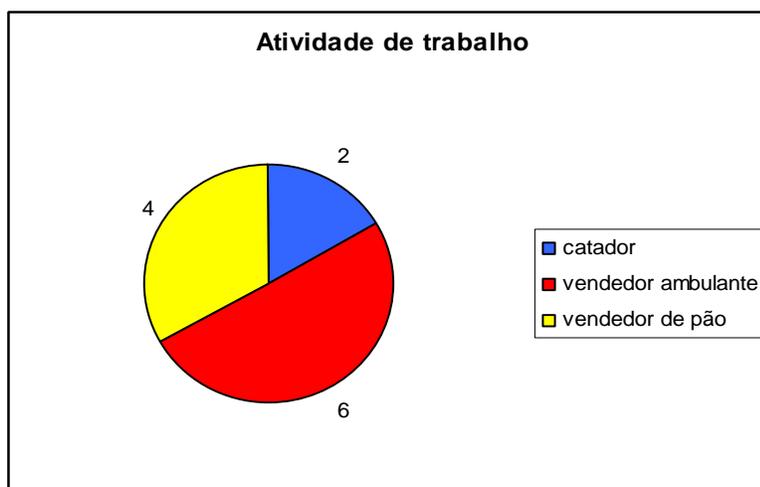
Com relação às crianças, as idades de 9 e 10 anos foram as mais citadas, o que confirma a explicação de autores que afirmam que a criança goza de determinados privilégios no seio da família, os quais são perdidos à medida que crescem e passam a ter condições de exercer algumas tarefas, o que significa que a infância para as classes pobres acaba mais cedo (Dauster, 1992; Moreira, 2003; Sarti, 1995).

Outra observação quanto à idade de inserção no mercado de trabalho é que a maior parte do grupo iniciou suas atividades entre 6 e 12 anos, o que nos levou a refletir sobre os perigos a que eram submetidos com tão pouca idade e as implicações da inserção precoce para o desenvolvimento biopsicossocial dessas crianças.

Segundo Silva (2001, p.102), “os efeitos do trabalho infantil são extremamente danosos e prejudiciais às crianças, podendo advir daí diversos prejuízos que certamente comprometerão a infância, a adolescência e conseqüentemente a fase adulta”.

Dentre as principais conseqüências do trabalho precoce, destacamos que a adultização dos sujeitos envolvidos e a atribuição de responsabilidades e obrigações a crianças e adolescentes precocemente acarretam seqüelas para a saúde, porque impedem o acesso desses sujeitos às vivências apropriadas e necessárias ao seu desenvolvimento, além de gerarem um sentimento de sobrecarga, de perda, que poderá, inclusive, levá-los ao desestímulo ao trabalho na vida adulta (Alberto, 2006, p.53).

Gráfico 4 – Divisão dos entrevistados pelas atividades que desenvolviam antes do PETI



As atividades mencionadas nesse gráfico se referem àquelas realizadas pelas crianças e adolescentes na época em que se inseriram no PETI. Para a maioria das crianças e adolescentes entrevistados, esta tinha sido a primeira e única atividade desenvolvida. No caso dos ambulantes, apesar de sempre terem trabalhado como vendedores, o que variou foi o tipo de mercadoria comercializada.

Os vendedores de pão são, em sua totalidade, residentes da Comunidade Vila Santo Amaro e que, ao venderem pão pelas ruas da própria comunidade, recebiam R\$0,09 (nove centavos) a cada pão vendido. De acordo com o relato das crianças, alguns colocavam o cesto de pão na bicicleta, enquanto outros o colocavam no ombro.

As condições nas quais é desenvolvida a atividade de vendedor de pão por essas crianças reafirmam a existência de vários fatores que se conjugam na explicitação dos prejuízos ao desenvolvimento das crianças e adolescentes no mercado de trabalho.

Por um lado, temos um mercado consumidor de mão-de-obra infantil no setor informal das áreas urbanas, decorrente da precarização e flexibilização das relações de trabalho, e também do crescimento do setor de serviços na atualidade. Por outro lado, reconhecemos que podem estar intervindo nesse processo de inserção tanto a pobreza, como fator determinante, como também outros de natureza cultural. Por isso, a necessidade de se analisar a existência do trabalho precoce como uma questão econômica não é suficiente, se a esta não for combinada uma análise cultural.

Quanto aos vendedores ambulantes, eram meninos e meninas que, quase sempre acompanhados de seus responsáveis, vendiam diferentes mercadorias. A maioria montava barraca; os demais vendiam nos semáforos e em praias.

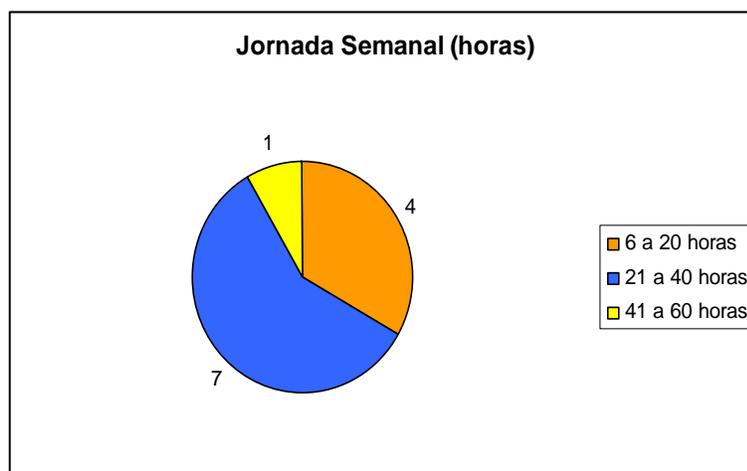
A recorrência dessa situação de trabalho infantil nos leva a questionar os motivos existentes para a presença (“ajuda”) dessas crianças junto a seus responsáveis, enquanto estes comercializavam as mais variadas mercadorias, já que a força de trabalho dessas crianças e adolescentes não representa um maior ganho familiar. Esse tipo de trabalho infantil pode indicar, por exemplo, a preocupação das famílias com a violência urbana, uma vez que algumas afirmaram preferir levar os filhos consigo enquanto trabalhavam a deixá-los em casa ou pelas ruas, sozinhos. Mas também pode demonstrar a existência de fatores subjetivos, de ordem ideológica, cultural e ético-moral entre os membros das famílias populares urbanas.

Uma exceção a ser registrada está relacionada aos pequenos catadores de lixo, que recolhiam principalmente papelão e latas de cerveja/refrigerante, também, na maioria das vezes, acompanhados pelos responsáveis. No entanto, esse tipo de utilização da força de trabalho dos filhos é compreendido na medida em que, nesse tipo de atividade, a “ajuda” da criança/adolescente significa um maior ganho familiar. Assim, o trabalho dessas crianças e adolescentes pode estar diretamente relacionado às condições econômicas das famílias, que impulsionam os filhos a buscarem trabalho precocemente como forma de aumentar a renda familiar; também por fatores culturais existentes nas famílias pobres urbanas, nas quais dar, receber e retribuir constituem as regras básicas de suas relações.

Apesar de o estudo realizado não ser representativo em nível de dados do município do Rio de Janeiro, é interessante observar que, segundo os resultados da pesquisa realizada no município do Rio de Janeiro (Kassouf, 2004c, p.135), o setor do comércio ocupa o segundo lugar entre as atividades de trabalho infantil, perdendo apenas para o de serviços. Dentre as ocupações de risco exercidas, a de comércio ambulante é a segunda mais significativa (14%), perdendo apenas para a de cozinheiro/garçom (19%).

Ambas as atividades eram desenvolvidas nos próprios bairros de moradia, à exceção de dois vendedores ambulantes, que relataram vender no próprio bairro e também em bairro vizinho.

Gráfico 5 – Divisão dos entrevistados segundo a jornada semanal



Segundo o IBGE, a média da jornada de trabalho infantil na área urbana do Brasil é de 40 horas semanais. No grupo etário de 10–14 anos, menos da metade (42%) conservava tal volume de atividade. Entre os jovens de 15-17 anos, a taxa média ascendia para 71,4%. No grupo entrevistado, em que a faixa etária era entre 6–14 anos, somente uma criança tinha jornada semanal superior a 40 horas semanais; uma outra tinha a carga horária de 40 horas semanais. As demais variavam entre 6 e 36 horas semanais.

Em relação aos dias trabalhados por semana, os dados revelam que a maioria das crianças trabalhava de um a três dias. Dentre os vendedores de pão, encontramos tanto aqueles que vendiam todos os dias da semana, quanto os que trabalhavam de duas a três vezes por semana.

Quanto aos vendedores ambulantes, a maioria trabalhava todos os dias, exceto um que, por trabalhar com a mãe na comercialização de bebidas na praia, somente trabalhava nos finais de semana. Além de alguns vendedores de pão e do vendedor ambulante, também os catadores tinham uma jornada de trabalho semanal de dois a três dias, já que dependiam dos dias de recolhimento do lixo.

Apesar da variação de dias e horas trabalhadas pelo grupo entrevistado, é interessante registrar que, exceto duas crianças, as demais demonstraram ter as atividades realizadas em uma frequência constante e horário fixo.

No que se refere ao turno trabalhado, verificamos que a metade do grupo trabalhava no noturno, já que iniciavam suas atividades por volta das 18/19 horas e permaneciam até às 23 horas. Além de esse dado ser significativo quantitativamente, ele também é extremamente relevante por demonstrar os riscos a que estavam expostas essas crianças e adolescentes.

Cabe ressaltar, que assim como o trabalho infantil é proibido por lei, no Estatuto da Criança e do Adolescente o trabalho noturno também o é (Art. 67 parágrafo I): “É vedado trabalho noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte”.

Ao relacionarmos as atividades realizadas à jornada semanal trabalhada por essas crianças e adolescentes, logo nos desperta a atenção a exposição aos riscos<sup>80</sup> a que ficavam submetidas. Alguns vendedores (ambulantes e de pão) ficavam expostos à radiação solar<sup>81</sup>, além do recorrente cansaço relatado pelos entrevistados.

Segundo os estudos sobre os riscos do trabalho precoce, o recorrente cansaço relatado pelas crianças e adolescentes trabalhadores nas pesquisas é explicado ao considerarmos a idade desses sujeitos, os tipos de atividades que desenvolvem e a jornada diária. Soma-se o horário que iniciam a jornada, diminuindo o tempo do sono primordial nessa etapa do desenvolvimento em que a maioria se encontra (Alberto, 2006).

---

<sup>80</sup> Segundo Meirelles (1998 apud Alberto, 2006, p.48), “no caso dos trabalhadores precoces, a noção de risco deve estar relacionada com sua condição de crescimento, não se focalizando apenas os fatores imediatos, mas aqueles que ameaçam o seu desenvolvimento ao longo do tempo”.

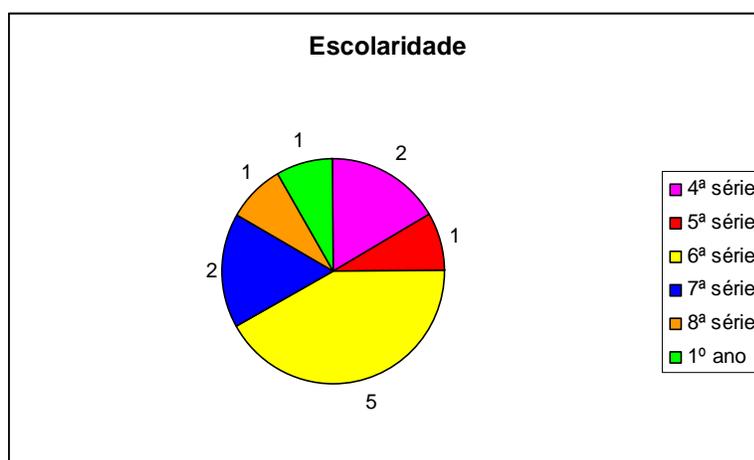
<sup>81</sup> Segundo Alberto (2006, p.49), “a iluminação excessiva é um fator preocupante, pois o sol emite vários tipos de raios ultravioletas. As crianças estão mais expostas aos riscos da radiação UV, pois têm a pupila maior, além da córnea e o cristalino serem menos eficientes na filtragem. Some-se a isso o fato de que as pessoas que desenvolvem atividades ao ar livre também estão mais expostas. Logo, essas crianças e adolescentes estão duplamente expostas aos riscos, além do fato de que a exposição excessiva ao sol pode causar o câncer de pele. Ainda no que diz respeito à exposição ao sol e à temperatura mais alta, elas provocam maior produção de calor nas crianças do que nos adultos que realizam o mesmo esforço, porque elas têm menor capacidade de perder calor por evaporação e por menor atividade das glândulas sudoríparas. Logo, há menos suor, com menor capacidade de troca de calor com o ambiente, que resulta um maior desgaste”.

Outro dado importante revelado nas entrevistas é em relação ao horário no qual os vendedores de pão transitavam pela comunidade, já que iniciavam o trabalho por volta de cinco/seis horas da manhã, sendo motivo de preocupação de alguns responsáveis<sup>82</sup>:

Ele ficava exposto na rua cedo, por morar numa comunidade, com policiais que chegavam de manhã atirando; então, vinha um desespero (C., 35 anos)<sup>83</sup>.

Eu não gostava porque na comunidade a gente sempre encontra coisas que a gente não gosta de ver (E., 43 anos).

Gráfico 6 – Divisão dos entrevistados segundo a escolaridade



Em relação ao nível de escolaridade, praticamente o grupo todo, à exceção de uma menina, cursa o Ensino Fundamental, sendo predominante a sexta série. Dentre os entrevistados, 10 crianças/adolescentes apresentaram defasagem escolar, sendo verificado um atraso escolar de dois a quatro anos, predominando dois anos de defasagem com cinco crianças/adolescentes.

Apesar de os recentes estudos apontarem uma relação significativa entre a inserção precoce no trabalho e a evasão escolar, no grupo entrevistado todas as crianças/adolescentes estudavam na época em que trabalhavam, bem como

<sup>82</sup> A fim de preservar a identidade dos sujeitos participantes das entrevistas, apenas a inicial de seu nome será apresentada.

<sup>83</sup> De modo a garantir transparência e fidedignidade à fala dos entrevistados, a transcrição das entrevistas respeitou a forma como as palavras foram pronunciadas, bem como o arranjo dado por esses sujeitos às frases, independentemente das regras ortográfico-gramaticais que regem a Língua Portuguesa.

permaneciam estudando até a época da entrevista. No entanto, foi verificada uma defasagem escolar expressiva, o que pode contribuir para uma futura evasão escolar.

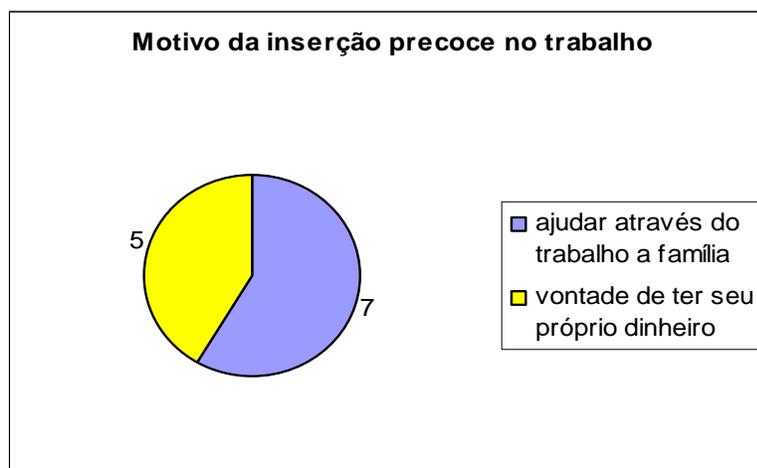
Além da defasagem escolar, preocupamo-nos em perguntar sobre a interferência do trabalho em relação aos estudos. Enquanto uma minoria, apenas cinco crianças/adolescentes afirmaram que o trabalho interferia nos estudos, justificando que muitas vezes não conseguiram fazer os deveres em função da falta de tempo ou do cansaço; a maioria respondeu que o trabalho não interferia nos estudos. No entanto, percebemos que os entrevistados não conseguiram associar o cansaço a uma das interferências negativas para o desempenho escolar, visto que, apesar de afirmarem que o trabalho não interferia nos estudos, à medida que se envolviam na entrevista, relataram que se sentiam cansados nas aulas.

Isso nos leva a considerar que realmente possa haver uma relação significativa entre trabalho precoce e defasagem escolar, conforme apontam os recentes estudos. Segundo Rizzini & Rizzini (1996, p.86), “a defasagem escolar mantém também uma relação estreita com o trabalho, uma vez que as crianças e adolescentes que trabalham progridem mais lentamente na escola”. Entretanto, não podemos atribuir a defasagem escolar somente ao fato de as crianças e adolescentes trabalharem, uma vez que é de conhecimento que as crianças e adolescentes enfrentam um acentuado distanciamento das escolas, alheia a seus interesses e necessidades.

Apesar dessa relação, avaliamos que seria necessária uma análise mais detalhada para afirmarmos a estreita relação da inserção precoce e o atraso escolar no grupo entrevistado.

Outro dado interessante em relação à prática do trabalho e a escola se refere à questão da adequabilidade dos horários de frequência escolar à condição de trabalhador. Todos os entrevistados relataram trabalhar no horário oposto ao da escola, como verdadeiros “estudantes que trabalham” ou “trabalhadores que estudam”, o que converge com o estudo realizado por Sarti (2003, p.104), ao afirmar que o trabalho das crianças é, em geral, feito nas redondezas da casa, em espaços “familiarizados” do bairro e não apresentando incompatibilidade com a frequência à escola, porque é feito fora do horário escolar.

Gráfico 7 – Divisão dos entrevistados segundo o motivo da inserção precoce no trabalho



Quanto aos motivos pelos quais a criança/adolescente se inseriu precocemente no trabalho, são predominantemente “ajudar através do trabalho à família” e “vontade de ter seu próprio dinheiro”.

No entanto, percebemos durante as entrevistas que, enquanto as crianças/adolescentes que tinham procurado no trabalho a possibilidade de ter o próprio dinheiro tinham clareza quanto aos reais motivos que as levaram a tal iniciativa, as que iniciaram suas atividades laborativas para ajudar a família tiveram dificuldade em se expressar ou não conseguiam associar o início ao trabalho à necessidade ou vontade de ajudar a família. Um outro dado mais significativo ainda é que muitas crianças não consideravam trabalho o que faziam, mas sim “uma ajuda”.

Dessa forma, somente com a formulação de outras perguntas é que conseguimos compreender os reais motivos que fizeram com que ingressassem precocemente no trabalho, possibilitando a sua categorização semântica.

Das cinco crianças que iniciaram o trabalho por vontade de ter o próprio dinheiro, quatro eram vendedores de pão e um era catador. Os sete restantes se incluem entre catador e vendedores ambulantes (seis).

Outro fato relevante se refere às crianças/adolescentes que iniciaram o trabalho precoce com o objetivo de ter o seu próprio dinheiro: todas dividiam a remuneração adquirida com seus responsáveis.

Gráfico 8 – Divisão dos entrevistados segundo a satisfação com o trabalho



Do grupo pesquisado, nove crianças relataram insatisfação com o trabalho. Os vendedores de pão apresentaram, como principal motivo de insatisfação, o fato de terem de acordar muito cedo; os vendedores ambulantes reclamaram de o trabalho ser diário, além de também comentarem o cansaço. Segundo Kassouf (2004b, p.66), o cansaço “significa esforço que pode trazer danos à saúde e problemas ergonômicos”.

Dois relatos importantes são o de um vendedor de pão, que mencionou a dor e os machucados causados pelo atrito do cesto no ombro, e a de dois vendedores ambulantes, que afirmaram que o trabalho era “perda de tempo”, já que preferiam estar brincando e se divertindo.

Interessante observar que nenhuma criança/adolescente reclamou dos baixos rendimentos recebidos pelo trabalho, como também não demonstraram terem a percepção da exploração a que estavam submetidos.

Ao serem questionados sobre o porquê de permanecerem trabalhando, nenhum dos entrevistados afirmou ser por imposição dos responsáveis. As principais justificativas se referiam ao retorno financeiro; outros alegavam a necessidade de ajudar os responsáveis.

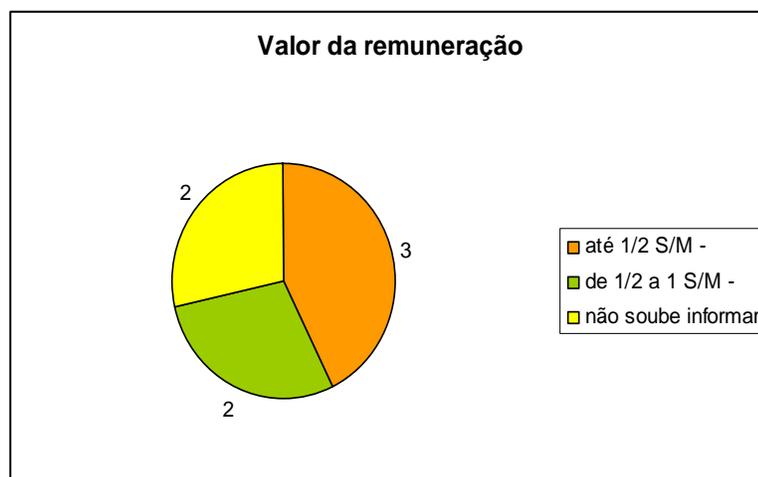
Gráfico 9 – Divisão dos entrevistados segundo a situação de trabalho



As situações de trabalho “não-remunerado” e remunerado “eventualmente” se referem ao grupo de crianças/adolescentes que trabalham para ajudar a mãe. Isso pode indicar uma menor exploração do que se trabalhasse para terceiros sem remuneração.

Fato relevante em relação ao trabalho infantil urbano refere-se ao não-recebimento de remuneração por parte significativa das crianças/adolescentes. Essa não-remuneração se refere aos vendedores ambulantes e aos catadores que, ao ajudarem no trabalho de seus responsáveis, não são remunerados por isso. Quanto aos que declararam receber “eventualmente”, são vendedores ambulantes que, ao ajudarem no trabalho de seus responsáveis, afirmaram que quando o lucro era significativo, recebiam parte do dinheiro.

Gráfico 10 – Divisão dos entrevistados segundo o valor da remuneração



Segundo Kassouf (2004c, p.73), no município do Rio de Janeiro, quase todas as crianças de 5 a 11 anos, e mais que a metade das crianças de 12 a 15 anos, recebem metade ou menos que a metade do salário mínimo, o que confirma as remunerações informadas pelos entrevistados.

Ao serem questionados sobre como utilizavam a remuneração do trabalho, todos os entrevistados afirmaram comprar roupas, tênis, chinelo etc. Verifica-se que a média da remuneração é baixa, porém é necessário comparar em relação à renda de sua família.

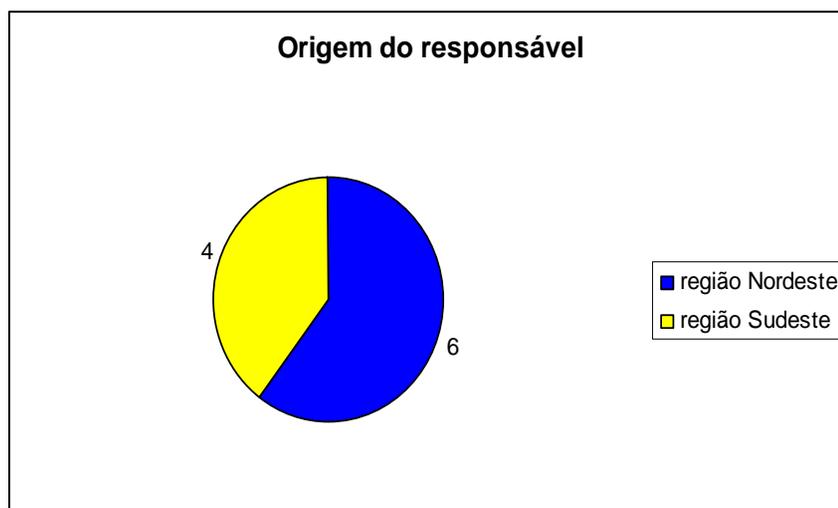
Conforme estudos realizados sobre trabalho infantil, a sua extensão está diretamente relacionada a determinadas características da família à qual pertencem as crianças e adolescentes trabalhadores. Dentre elas, são mencionadas as que se referem ao nível de acesso a bens e serviços materiais e culturais, como também a suas formas de inserção no mercado de trabalho e a própria estrutura familiar.

#### **4.2. Características das famílias**

Diversos estudos têm abordado a relação entre algumas características das famílias, suas formas de organização e a incidência de inserção precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho. Segundo Cervini & Burger (1991), a atividade dos pais, a cultura familiar trabalhadora e o lugar que a família ocupa na estrutura social influenciam na inserção precoce dos filhos.

Após a leitura do material das entrevistas realizadas com os responsáveis, despertou nossa atenção a trajetória de vida da maioria dos genitores até a constituição da família de referência da criança. Apresentamos, a seguir, as que avaliamos serem mais significativas para o presente estudo.

Gráfico 11 – Divisão dos responsáveis entrevistados segundo a procedência



As famílias das crianças e adolescentes trabalhadores da área urbana do município do Rio de Janeiro são originárias em sua maioria da região Nordeste, sendo significativo o número de responsáveis que residiam na zona rural. O motivo da mudança para os que são originariamente de outro estado é a busca de melhores condições econômicas de vida. Quanto aos da região Sudeste, são todos provenientes do estado do Rio de Janeiro.

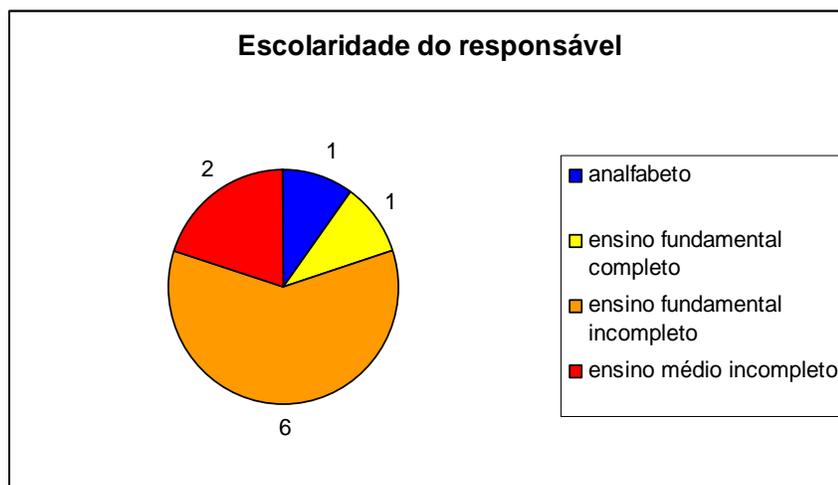
Gráfico 12 – Divisão dos responsáveis entrevistados, segundo a idade que começaram a trabalhar



A maioria dos responsáveis entrevistados teve uma inserção precoce no mercado de trabalho, sendo representativa a ocorrência de genitores que ajudavam seus pais no trabalho rural em diversos estados da região Nordeste.

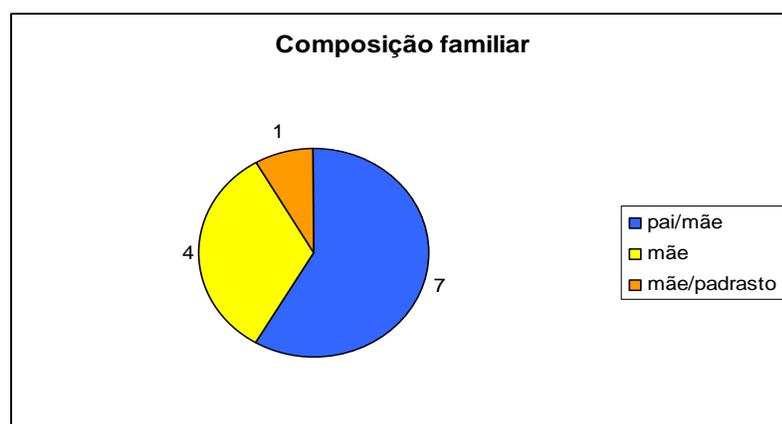
Além do trabalho “na roça”, conforme relatado nas entrevistas, também foi significativa a incidência de mães que trabalhavam em atividades relacionadas ao lar, como babá, acompanhante e diarista.

Gráfico 13 – Divisão dos responsáveis entrevistados segundo a escolaridade



Em relação ao nível de instrução, observou-se uma baixa escolaridade, conforme apontam diversos estudos sobre trabalho infantil. O dado mais interessante sobre a correlação estudo x trabalho precoce é que dois responsáveis que chegaram a cursar o Segundo Grau se inseriram no mercado de trabalho após os 18 anos, confirmando ainda mais a correlação.

Gráfico 14 – Divisão dos responsáveis segundo a composição familiar



Alguns estudos recentes têm mostrado que, nas famílias chefiadas por mulheres, são mais altas as taxas de inserção dos filhos menores de 17 anos no mercado de trabalho, em função de o trabalho feminino ter menor remuneração que o

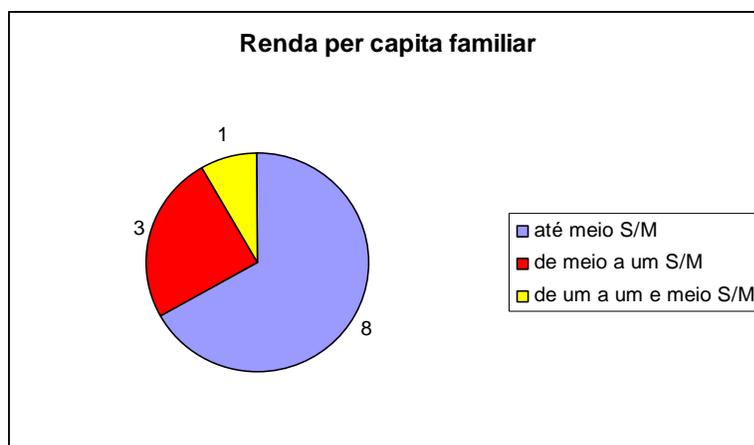
dos homens, o que diminui a renda familiar, colocando as famílias em piores condições socioeconômicas.

No entanto, no grupo entrevistado, percebe-se que a maioria das crianças/adolescentes pertence à estrutura familiar com a presença de um homem (pai ou padrasto), sendo reduzido o número de famílias chefiadas por mulheres.

Cabe salientar que, somente em uma família chefiada por mulher, o pai ajuda financeiramente na criação do filho.

Percebe-se que as mulheres têm dificuldade de solicitar pensão alimentícia judicialmente, principalmente por dois motivos. O primeiro pelas condições em que os pais estão inseridos no mercado de trabalho, já que prevalecem as relações informais de trabalho, não tendo, assim, como exigir o pagamento de pensão alimentícia. A segunda situação é que geralmente o processo de separação é extremamente conflituoso, ocorrendo na maioria das vezes violência física entre os parceiros. Dessa forma, as mães preferem “abrir mão” da pensão, temendo provocar novos desentendimentos.

Gráfico 15 – Divisão dos responsáveis segundo a renda *per capita* familiar



Para a tabulação desses dados, foram consideradas as rendas *per capita* das famílias na época de inserção no PETI, sendo o salário mínimo vigente R\$240,00 (duzentos e quarenta reais).

Como um dos objetivos da pesquisa era verificar se no contexto urbano a pobreza é uma das principais causas do trabalho precoce, esperava-se que pudesse haver uma relação estreita entre as menores rendas *per capita* familiares e os motivos de inserção precoce das crianças/adolescentes no mercado de trabalho.

No entanto, os dados revelaram que das cinco famílias de extrema pobreza, em duas famílias as crianças ajudavam com a venda de sua força de trabalho para o aumento da renda familiar, já que eram catadoras; as outras duas “ajudavam” com o trabalho, no entanto, a sua presença não aumentava a renda familiar, já que trabalhavam de ambulantes com as mães. Na quinta família, a criança iniciou-se precocemente no trabalho para ter seu próprio dinheiro, apesar de dividir com a mãe a remuneração recebida.

A pesquisa qualitativa junto às crianças/adolescentes teve como objetivo, com a entrevista semi-estruturada, permitir às crianças/adolescentes falarem a respeito de seu dia-a-dia de trabalhador/estudante, bem como das representações atribuídas ao trabalho, à família e ao próprio PETI.

Já em relação aos responsáveis, buscou-se conhecer a trajetória de suas vidas, como fora sua inserção no mercado de trabalho, qual o rendimento dessas famílias, o significado da categoria ‘trabalho’, a opinião sobre as atividades realizadas por seus filhos, bem como sua trajetória profissional.

Dessa forma, poderíamos apreender como se articulam os vários fatores sociais, políticos, econômicos e culturais na tentativa de compreensão do trabalho infantil no contexto das famílias pesquisadas.

#### **4.3. Cotidiano dos pequenos trabalhadores urbanos**

Por meio dos relatos das crianças e adolescentes, pudemos conhecer um pouco mais de seu cotidiano, como têm sido seus modos de vida. Alguns se levantam cedo, outros dormem tarde, mas todos reclamam do cansaço.

Os depoimentos também denunciam os vários riscos a que essas crianças/adolescentes trabalhadoras estavam expostas durante a prática do trabalho, seja com ou sem a companhia dos pais.

Vendia bala na rua, no trânsito quando o sinal fechava; aí eu entrava pelos carros e vendia com a minha mãe. Trabalhava de segunda a sexta e sábado e domingo, até uma dez/nove horas (da noite). Eu chegava (em casa), aí eu via se tinha algum dever, às vezes, quando eu conseguia, né, aí eu fazia, às vezes o dever, mas, às vezes, nem sempre, por causa do cansaço... Aí, eu faço às vezes, ou então eu vou dormir direto, por causa do muito cansaço (M. S. 14 anos).

Eu trabalhava vendendo pão pela Santo Amaro... Eu não gostava de trabalhar nesse negócio de pão, não. Machucava muito (referindo-se à dor no ombro), era muito cansativo (W.M. 15 anos).

Não tinha tempo pra nada, porque quando a minha mãe descia, eu tinha que ficar lá embaixo, correr do rapa; quando o rapa vinha, aí eu tinha que pegar a banca e sair correndo, porque senão eles pegavam a mercadoria (M. P. Iniciou no trabalho com 9 anos de idade).

Percebemos que o grupo de vendedores ambulantes e catadores que, às vezes, exercia a atividade na companhia das mães, não percebia como “trabalho” as atividades realizadas, e sim apenas como “ajuda à mãe”. Ao ser questionado por que trabalha, diz que é por “vontade própria”, para “ajudar”, por “saber ajudar”.

Ah! Sim eu ajudava ela (referindo-se à mãe) na praia... Eu é que quis ir com ela porque é ela que paga as contas pra mim, me dá comida, faz a comida que eu como todo dia (J.S. 12 anos).

Ah, ajudando a minha mãe na barraca. É, pô, só tinha... Meu irmão mais velho, ele trabalha à noite como segurança, o que sobrava era eu... Assim, filha mais velha, então tinha que ir, pra ela até talvez ficar cuidando dos meus irmãos em casa e eu lá; aí quando fechava a barraca, ela descia e me ajudava a fechar e subir (G.N. 15 anos).

Segundo Dauster (1992 apud Sarti, 2003, p.104), essa “ajuda” é como um compromisso como parte de um sistema relacional de ajuda e troca dentro da família. Como o do homem e da mulher, o trabalho dos filhos faz parte do compromisso moral entre as pessoas da família.

O trabalho da criança/adolescente compõe uma circulação de prestação e troca: enquanto o papel dos pais seria o de dar casa e comida, cabe aos filhos a retribuição. A sua ajuda é assim uma forma de retribuição pelos bens que lhes são doados.

Nessa linha de raciocínio, foram várias as falas que caracterizam essa “troca” que diz respeito às relações de solidariedade entre filhos e pais.

É dessa forma que o trabalho infantil, nos grupos populares urbanos, é em parte naturalizado. A necessidade, em outras palavras, traduz-se em reciprocidade e valor na dinâmica das relações familiares e faz com que a obrigatoriedade do trabalho apareça com ambigüidades, já que, apesar de demonstrarem insatisfação pela realização do trabalho, permanecem realizando-o por imposição desse sistema relacional, ou seja, por “vontade própria”.

Também se percebeu que, para o grupo de crianças que trabalhavam em companhia das mães, além da naturalização do trabalho como uma forma de “ajuda”, o fato de o recebimento de remuneração pelo trabalho ser esporádico ou inexistente é facilmente aceito pelas crianças, como uma situação inquestionável. Tal situação é facilmente compreendida ao contextualizarmos nesse sistema de relações de reciprocidade da família.

É significativo mencionar, entretanto, que, nesse sistema relacional de ajuda e troca na família, não percebemos no grupo entrevistado a existência de relações de opressão e exploração, através da qual é habitualmente entendido, já que nessas situações de reciprocidade verificou-se que a “ajuda” dada pelos filhos, sempre que possível, era recompensada em forma de pagamento monetário (quando as vendas eram boas) ou com a compra de guloseimas.

É dentro desse sistema relacional que o trabalho infantil, nas camadas populares, é, em parte, naturalizado. No entanto, da mesma forma, tais situações ameaçam a infância dessas crianças, uma vez que, em nível de suas responsabilidades perante si mesmo e sua família, agem tal qual um adulto e têm, na forma de dispor de seu tempo, a concorrência entre as atividades laborais, escolares ou de lazer. Ou seja, tal antecipação de papéis roubaria a eles o direito à própria infância.

Em relação ao valor por eles atribuído a essa “ajuda”, percebemos que, na visão das crianças/adolescentes, a maioria das “ajudas” é realizada “por opção”, no sentido de que não são impostas pelas mães. No entanto, isso não exime essas “ajudas” de certa obrigatoriedade, em consequência de outras relações econômicas e culturais, decorrentes das condições de vida a que estão submetidas. Dessa forma, apesar de o grupo entrevistado demonstrar insatisfação na realização do trabalho, a maioria das “ajudas” é por opção, no sentido de que não são impostas como “dever”.

Eu perdia meu tempo, ao invés de eu estar lá me divertindo, conversando com meus amigos, eu estava na barraca ajudando minha mãe (G. N. 15 anos).

Gostava mais de ficar brincando com os meus amigos lá (J. S. 12 anos).

Porque a minha mãe precisava na época, porque era só um emprego e pagava muito pouco; teve uma vez que ela ficou desempregada e ficou um ano sem emprego e só depois de um ano ela conseguiu um emprego no hospital.

Ao ser questionado se a mãe pedia que trabalhasse com ela, respondeu: “Não, eu queria ajudar ela” (M.P. 15 anos).

Mais interessante ainda em relação a esse sistema relacional é o relato de duas crianças entrevistadas que, ao afirmarem terem iniciado o trabalho de vendedor de pão pelo convite de um tio (que nem mesmo morava na casa), elas “ajudavam”, mas exigiam a sua remuneração. Isso nos leva a deduzir que esse sistema relacional de reciprocidade é existente apenas entre as pessoas que o sustentam.

Meu tio pediu para mim ajudar a ele vender pão. Aí foi assim: porque eu vou ajudar a vender pão? **Quanto eu ganho?** (L. J. 15 anos).

Em relação ao grupo de vendedores de pão, em que a sistemática de recebimento de remuneração era proporcional à quantidade de pão vendida e que a atividade era exercida sem a presença dos responsáveis, as crianças demonstraram que percebem tal atividade como “trabalho” e que, apesar da insatisfação com o cansaço decorrente desse tipo de trabalho, bem como com o horário que levantam para dar início ao dia de trabalho, a recompensa era a possibilidade de “ter o meu dinheiro”.

Para mim ter meu dinheiro (W.M. 16 anos).

Comprava as minhas coisas (A. 15 anos).

Foi uma coisa minha que eu vi que dava dinheiro também vendendo papelão, aí eu fui (L.P. 17 anos).

Em relação ao uso do dinheiro, é interessante mencionar que, apesar de as crianças/adolescentes afirmarem ter iniciado um trabalho para “ter o meu dinheiro”, todos destinam parte do que ganham para colaborar nas despesas da casa. Isso também é verificado em relação ao uso da Bolsa Criança Cidadã, após se inserirem no programa.

Dividia 20 pra mim, 20 pra minha mãe (W.M. 16 anos).

Eu guardava pra comprar coisa lá para casa e o resto ficava pra mim (L.H. 14 anos).

Esse padrão de costume nos leva a considerar que a divisão da remuneração, mesmo no grupo que justifica a sua inserção precoce no mercado de trabalho em função da possibilidade de ter o seu dinheiro, é feita em função do trabalho ser parte do compromisso de troca moral estabelecido entre os membros das famílias pobres urbanas.

Para Sarti (2003, p. 94), essas “escolhas” de divisão da remuneração das crianças/adolescentes “são fundadas numa moralidade que envolve obrigações mútuas. São elas que permitem ao jovem dar, se não inteiro, pelo menos uma boa parte dos seus rendimentos à mãe para cobrir os gastos da família, privando-se, não sem conflitos, do dinheiro que ganhou individualmente”.

Ainda em relação ao uso do dinheiro, verificou-se que a parte que se destinava aos gastos das crianças/adolescentes era usualmente para a compra de roupa, tênis, material para a escola e guloseimas. Em geral, as crianças sentem-se administradoras do dinheiro que ganham, reservando-se o direito de decidirem sobre o seu gasto.

Um aspecto significativo do trabalho das crianças/adolescentes se refere à possibilidade de consumo de bens conforme divulgada pelo sistema comercial, através dos meios de comunicação de massa. Nesse sentido, o tênis, o relógio, as etiquetas da moda são bens de consumo desejados. A sua posse tem em vista a construção de uma identidade jovem, no interior de uma sociedade de consumo de massa.

Sarti (2003), ao estudar a entrada precoce do jovem da família pobre urbana no mercado de trabalho, afirma que, apesar de ser vista pelo próprio jovem como parte de sua obrigação de filho, não deixa de significar também a afirmação de sua individualidade, ao abrir a possibilidade de conquistar um espaço de liberdade, na tentativa de ter acesso a bens de consumo e a padrões de comportamento que definem as marcas do jovem urbano: tênis, som, celular etc.

É importante ressaltar o impacto que a cultura do consumo exerce principalmente na vida, nos hábitos e nos valores das crianças e adolescentes das áreas urbanas. Dessa forma, apesar dos relatos que estavam insatisfeitos com o

trabalho, todos justificaram a permanência na atividade pela recompensa de adquirir os bens desejados.

Essa relação entre o consumo e o trabalho infantil vem sendo mencionada nos recentes estudos sobre trabalho infantil no Brasil. Porém, tais estudos relacionam mais diretamente o desejo de consumo ao envolvimento de crianças em atividades ilícitas.

Às vezes, eu comprava um tênis, uma roupa pra mim (L.P. 17 anos).

Tipo roupa (A. 15 anos).

Eu comprava *short*, bermuda pra mim e dava o resto pra minha mãe (W.M. 15 anos).

Ao perguntarmos qual era o significado da categoria ‘trabalho’ para as crianças/adolescentes, a maioria não conseguiu responder, alegando não saber. No entanto, os que responderam, relacionaram aos valores familiares e à noção de responsabilidade.

Ajudar a minha mãe, sempre foi assim (J. 12 anos).

Ah, uma coisa que você tem que ter muita responsabilidade, é que isso aí serve para o seu futuro, serve para sua vida no momento e para o futuro, é isso (G. 15 anos).

Muito suor mesmo, cansar muito, muito sofrimento, muita corrida (M. 14 anos).

Em relação à percepção das crianças/adolescentes sobre o trabalho infantil, é interessante observar que eles se apresentaram bastante contraditórios, pois, apesar de reproduzirem os discursos sobre a necessidade e importância da criança/adolescente trabalhar, eles se colocaram como os que por vontade própria decidiram “ajudar” suas mães.

Acho que não, acho que criança tem que fazer o que é de criança e não fazer uma responsabilidade que é para adulto, como trabalhar; isso não é pra criança, vai chegar o tempo dela, não é agora, precoce, tem que ser depois (G. N. 15 anos).

Os depoimentos das crianças/adolescentes em relação ao significado do PETI revelaram que, ao mesmo tempo em que tinham conhecimento a que se propunha o programa, também demonstraram alterações nas vidas dessas crianças.

Ah, o lugar onde eu podia me divertir, fazer os trabalhos, um tempo pra mim esfriar a cabeça, porque ficar lá pensando no trabalho (G. 15 anos).

Significa pra mim ajudar as crianças que estão trabalhando na rua (M. P. 13 anos).

Significa tira os menores da rua, o trabalho infantil, é uma coisa é que não se deve é o trabalho infantil, porque é muito ruim, é muito chato pra infância do menor, por causa que ele fica sem infância, sem brincar, sem conhecer novos amigos do mundo de hoje (M. S. 14 anos).

Uma forma de ocupar a pessoa para que ela não vá para outros caminhos (A. 15 anos).

#### **4.4. Fala dos responsáveis**

Por meio da fala dos responsáveis, buscamos aprofundar o conhecimento das famílias pobres urbanas, resgatando desde as formas de inserção dos responsáveis no mundo do trabalho até a composição atual de suas famílias, enfocando o significado do trabalho dos filhos dentro das relações familiares.

Do ponto de vista dos responsáveis, percebemos significados distintos para o trabalho dos filhos. Alguns percebiam no trabalho das crianças/adolescentes o sentido de proteção contra as “coisas erradas”:

Não, para mim é bom porque pelo menos a gente dá em cima dos filhos pra trabalhar cedo, para depois não fazer coisa errada (S. 41 anos).

...pra que ele visse o outro lado, o sacrifício do trabalho, criasse um pouco de responsabilidade também (C. 35 anos).

Era legal porque ele tinha... Eu não pude dar nada pra eles assim, um dinheiro, uma coisa, uma vida melhor. E no momento era legal porque ele podia comprar as coisas pra ele (M. 38 anos).

A análise dessa representação do trabalho entre os responsáveis do grupo estudado indica que, ainda hoje na sociedade brasileira, há resquícios da ideologia a favor do trabalho de crianças/adolescentes como forma de evitar a marginalidade, justificando, assim, que pais permitam a inserção precoce de crianças/adolescentes no mercado de trabalho.

Nesse sentido, recorreremos mais uma vez à pesquisa de Sarti (2003, p.104): “O trabalho dos filhos tem também o sentido de uma proteção contra os riscos e os descaminhos do mundo da rua, onde se sofre a influência de gente ruim e se anda em má companhia, suscitando os fantasmas da droga e da criminalidade”.

Zaluar (1992, p.26) também comenta sobre a pressão exercida, principalmente pela mãe, sobre os filhos, para que eles não caminhem para a vida da violência e do crime.

A socialização na família é entendida principalmente como um processo de dar moral aos filhos, processo esse de responsabilidade dos pais, principalmente da mãe. É ela que ensina os filhos a não roubar, respeitar os outros, trabalhar. Da sua perspectiva, a rua tornou-se o lugar do perigo e mesmo da perdição de seus filhos. O medo das más companhias que podem arrastar seus filhos para a criminalidade, é menção constante nas falas.

Um outro significado dado ao trabalho dos filhos reitera a existência da relação de reciprocidade entre os membros das famílias populares urbanas. Do ponto de vista dos pais, a “ajuda” dos filhos é concebida sob a lógica da obrigatoriedade que caracteriza as relações na família. Dessa forma, o trabalho ou a “ajuda” dos filhos é, assim, uma forma de “retribuição” (Sarti, 2003, p.104).

Porque ele ia ficar em casa só? Não. E porque ele tinha que me ajudar a olhar a irmã dele e tá ali comigo pra me ajudar mesmo (E. 33 anos).

Porque ele me ajudava, eu precisava, não tinha ninguém pra me ajudar, então ele me ajudava muito, trazia as coisas e ficava me ajudando a vender para o moço (M.B. 43 anos).

Depois eu tive que me virar, fui trabalhar vendendo pipoca na rua e levei ela pra me ajudar e aprender também, que precisa ver o quanto eu batalho, isso faz com que... Ela também tinha que trabalhar me ajudando (L. 38 anos).

Interessante observar que todos os responsáveis que citaram nas entrevistas a “obrigatoriedade” de os filhos ajudarem com o trabalho, começaram a trabalhar muito cedo ajudando seus pais:

Sou de Pernambuco... Com nove, oito anos já catava feijão, carregava saco pesado, essas coisas, sempre trabalhei. Eu ajudava mais a minha mãe, porque o meu pai saía, passava a semana fora, só chegava sábado, e eu e mais um outro irmão ficávamos ajudando a minha mãe, na roça, no plantio de feijão, milho; a gente ia trabalhar de alugado o dia, catar algodão, milho, feijão essas coisas (E. 33 anos).

Sou do Maranhão... Desde os 10 anos de idade que eu trabalho. Trabalhava na roça com os meus pais, depois fui trabalhar em casa de família, fui ser babá de criança, no Maranhão mesmo, São Luís (M. B. 43 anos).

Nasci em Aracaju (ao ser questionada com quantos anos começou a trabalhar). Eu, desde que nasci! Tô brincando, mas desde seis, sete anos. Ajudava o vizinho a cuidar de criança, só que eu não tinha sabedoria nenhuma, eu nem sabia o que tava fazendo, pra mim eu estava fazendo o quê? Na minha mente eu não sabia distinguir se eu era criança, se a criança era pra eu brincar ou se era pra eu cuidar, eu não sabia distinguir (L. 38 anos).

Alguns responsáveis, ao falarem sobre o trabalho dos filhos, justificavam a “ajuda” em função de julgarem ser melhor os filhos irem com eles para o trabalho a ficarem sozinhos nos locais de sua moradia.

Foi quando ele estava estudando no Maria Leopoldina, porque ele estudava de manhã, aí no período da tarde a gente saía, porque não tinha atividade; é, na época, eu não tinha conseguido colocar no CIEP ainda, que no CIEP ficava o dia inteiro, aí eu podia fazer isso sozinha. Foi quando eu comecei a correr atrás... (L. 44 anos).

Eu preferia que eles fossem pra ficar lá junto comigo, melhor do que ficar em casa sozinho. Porque aqui é muito perigoso (L. 37 anos).

A literatura sobre trabalho infantil tem identificado que a decisão da família é um fator significativo para a inserção precoce das crianças no mercado de trabalho. Alguns autores defendem que a criança, diferentemente do adolescente, não tem o poder de decisão na escolha por sua saída para o trabalho. Na maioria das vezes, a família é quem toma essa decisão.

No entanto, no grupo entrevistado, percebeu-se que cada vez mais cedo as crianças vêm tomando a iniciativa pela inserção no mercado de trabalho em função de

conseguirem satisfazer a suas necessidades e desejos pessoais, como demonstram os depoimentos de alguns responsáveis. Os relatos que se seguem revelam que o desejo de consumo de muitas crianças e adolescentes tem sido determinante para sua entrada no mundo do trabalho.

Eu não gostava, mas por ele ver as pessoas terem as coisas, e eu na época, eu não tinha trabalho certo, então eu tive que deixar. Ele também queria trabalhar na kombi, por todas as comunidades, eu nunca deixei. Eu sempre procurei um modo... Eu fazia picolé, vendia com ele na praia, pra ele realizar os sonhos dele, quer dizer, ele sempre foi em busca, ele tinha consciência do dinheiro que ele queria (C. 33 anos).

Eu não pude dar nada pra eles assim, um dinheiro, uma coisa, uma vida melhor (M. 38 anos).

É interessante observar uma dificuldade da maioria dos responsáveis sobre a importância dos estudos e até mesmo das brincadeiras para o desenvolvimento dos filhos. Poucos foram os relatos que demonstraram a que as crianças poderiam estar se dedicando ao invés de estar trabalhando.

Ao analisar o conteúdo dos depoimentos, a preocupação maior é em função dos riscos a que as crianças/adolescentes ficavam expostos enquanto trabalhavam.

Ah, muito ruim, horrível... Horrível pra um adulto, quanto mais pra uma criança, porque, tinha dias que.. ele é muito bacana, muito bom ele. Tinha dias que ele, vamos, mas não era isso que ele queria, ele queria brincar, ele queria descansar, eu também não queria isso, mas fazer o quê... (L. 44 anos).

Ruim assim, deixa de fazer uma atividade pra ela, nesse horário poderia estar estudando, fazendo um dever da escola e eu tirava ela desse compromisso pra colocar ela num compromisso que não tinha nada a ver com ela. É meu, mas a necessidade me fazia levar (L. 38 anos).

Ele ficava exposto na rua cedo, por morar numa comunidade, com policiais que chegavam de manhã atirando, então vinha um desespero (C. 35 anos).

Eu não gostava porque na comunidade a gente sempre encontra coisas que a gente não gosta de ver (E. 43 anos).

Em relação às representações que os depoimentos dos responsáveis demonstraram ter em relação ao valor que o trabalho possui para eles e de sua estreita relação com a noção de honra, como moral, foram bastante significativos.

Responsabilidade, compromisso, dignidade... Firmeza, realizações... (C. 35 anos).

Trabalhar é algo que é uma necessidade importante, que completa a vida da gente, o dia-a-dia, faz com que a gente tenha dignidade (L.38 anos).

Mas fazer o quê? Pra pedir esmola? É melhor comprar alguma coisa pra você procurar vender pra ter o lucro daquilo que você está vendendo (L. 44 anos).

A análise dos depoimentos da pesquisa de campo nos forneceu importantes informações sobre a percepção do grupo entrevistado a respeito do trabalho infantil.

Não faltam exemplos, nos diversos depoimentos do grupo entrevistado, de que, ainda hoje, vários aspectos históricos e culturais estão implicados na prática do trabalho precoce de crianças e adolescentes. Muitos ainda o consideram importante para a formação e a educação da criança, demonstrando não terem conhecimento das conseqüências negativas do trabalho precoce.

Consideramos que o resultado da pesquisa de campo foi fundamental para compreendermos como muitas vezes a prática do trabalho infantil em grupos populares pode expressar o seu modo de vida e seus valores morais.

No entanto, não podemos desconsiderar que as crianças e adolescentes entrevistados pertencem a famílias pobres, sendo fundamental considerarmos a implicância dos dois fatores – econômico e cultural – na explicação da incidência do trabalho infantil no grupo pesquisado.